



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DE ABASTECIMENTO

COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

ATA DE REUNIÃO Nº 07/2026

Pauta:

- 1 - Apreciação e aprovação da Ata da Reunião Ordinária do COMUSAN realizada em 25 de junho de 2026;
- 2 - Apresentação do PAA (Mariana Iamamoto);
- 3 - Apresentação Jordano (PLAMSAN);
- 4 - Consulta Pública (PLAMSAN).

Participantes Governo:

Mario Affonso - SESANA
Mariana Oliveira Iamamoto - SESANA
Patrícia Vieira – SMS
Aloisio Areias Bezerra - SMDet (ONLINE)
Johnata Rony da Silva Guimarães – SMDHC
Rosana Rodrigues - SMG
Maíra Cavalcanti - SMADS
Luciana Quaresma – SMG
Adriana Matangrano – SVMA
Camila de Menezes – SMPED
Vitor de Mattos - SME

Participantes Sociedade Civil:

Marcia Alessandra – SOMAR
Daniele Custódio - Instituto Kairós
Emilson – Movimento Social Beneficente
Francisco Luciano Lima - Associação da Comunidade do Jardim Tiro ao Pombo
Marcionília Nunes – GARMIC
Denise Meira – Serviço Social do Comércio

Maria Paula de Albuquerque - CREn

Kathleen Figueiredo – Grupo de Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública - USP

Kelly Sanchez - Céu Estrela Guia

Jordano Roma - Ruralis Ambiente

André Luzzi - Fórum Paulista de Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

Neusa Moura – Conselho Regional de Nutricionistas

Paula Camargo – Grupo de Trabalho Questão Alimentar da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Tania Alba – Associação Ação da Cidadania do Estado De São Paulo

Vera Villela - SINDINUTRI

Sheila Araujo – Sindicato dos Trabalhadores.

Convidados: Cristiana Maymone - (MDS), Juliana Civitate, Laís Araujo – (SESANA), Ana Carla, Luiza Ribeiro (DPS).

Às 09h48min do dia 23 de julho de 2026, no Auditório da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), situado na Rua Líbero Badaró, 119, Centro, realizou-se a sessão plenária com a presença de 32 pessoas, atingindo-se o quórum mínimo de 14 integrantes estabelecido pelo Regimento Interno. A presidente do COMUSAN, Márcia Alessandra dos Santos, acompanhou os trabalhos da reunião. Contudo, em razão de procedimento cirúrgico e por não se encontrar em condições de conduzir o plenário, delegou a coordenação dos trabalhos à coordenadora executiva do Conselho, Daniele Custódio. Na abertura, foi verificado junto aos presentes se havia observações em relação à ata da plenária de junho. Não havendo ressalvas, a ata foi considerada aprovada.

Na sequência, Daniele Custódio passou a palavra a Mariana Iamamoto, que realizou apresentação sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado pela Prefeitura de São Paulo. Mariana explicou que o programa permite a aquisição de alimentos diretamente dos agricultores, sem procedimento convencional de licitação, destinando os produtos a pessoas em situação de insegurança alimentar. Informou que o Município foi contemplado com R\$ 500.000,00 para execução do programa, conforme portaria publicada em 29 de agosto de 2025, esclarecendo os prazos para aceite dos recursos e apresentação da proposta.

Mariana explicou que a proposta indica os agricultores participantes, os alimentos, quantidades e preços. Esclareceu que os valores não são definidos pelo critério do menor preço, considerando a finalidade de fortalecimento da agricultura e garantia de remuneração adequada aos agricultores, sendo

utilizada como referência a tabela da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). A seleção dos produtos considera também a sazonalidade e os períodos de cultivo, com base em referências da CEAGESP. Informou que o chamamento para inscrição dos agricultores contou com a parceria da Coordenadoria de Agricultura da SMDet e que houve necessidade de prorrogação do prazo em razão do número insuficiente de agricultores inscritos.

Daniele Custódio solicitou esclarecimentos sobre o atendimento às cozinhas solidárias e entidades conveniadas, questionando os critérios de habilitação, frequência das entregas e volume destinado às unidades. Mariana esclareceu que, inicialmente, a proposta considerava cozinhas solidárias mapeadas, habilitadas e em funcionamento, destacando a necessidade de correto cadastramento na plataforma. Informou que não há periodicidade ou quantidade fixa de alimentos por unidade, pois a distribuição depende da produção dos agricultores, dos tipos de alimentos disponíveis e da capacidade de recebimento das cozinhas. Acrescentou que os dados de entregas podem ser consultados no SISPA, inclusive para obtenção de informações sobre volumes e frequência.

Daniele observou que, considerando o número de cozinhas solidárias habilitadas e o volume de alimentos já distribuído, seria importante conhecer a frequência com que cada unidade recebe os produtos e quais cozinhas e entidades são atendidas com maior regularidade. Mariana esclareceu que o SISPA permite acompanhar toda a movimentação dos alimentos, desde a entrega realizada pelo agricultor até a destinação às unidades beneficiárias, garantindo a rastreabilidade e subsidiando a prestação de contas ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS).

Cristiana Marinho Maymone, consultora do MDS responsável pelo acompanhamento das ações no Estado de São Paulo, apresentou esclarecimentos sobre a regulamentação do programa e os equipamentos e entidades que podem receber os alimentos. Informou que cozinhas populares e solidárias da sociedade civil habilitadas junto ao MDS podem receber os produtos e que cozinhas apenas mapeadas e ainda não habilitadas também podem ser contempladas, desde que se enquadrem nas hipóteses previstas na regulamentação e sejam acompanhadas por Conselho de política temática. Nesses casos, deverá ser apresentada declaração ou documento equivalente do Conselho. Recomendou, contudo, que as cozinhas sejam cadastradas sempre que possível, inclusive para acesso a outras políticas públicas.

Cristiana destacou que, diante do número expressivo de cozinhas solidárias no Município e dos recursos disponíveis, a definição das unidades beneficiárias deve considerar a capacidade de distribuição e ser deliberada conjuntamente pelo Conselho e pelo grupo gestor responsável pela execução. Informou

também que a Presidência do Conselho possui acesso às informações do SISPA e que a plataforma permite acompanhar agricultores, produtos, municípios, locais de entrega e demais dados da execução do PAA, colocando-se à disposição para auxiliar os integrantes do COMUSAN na utilização do sistema e na extração de relatórios.

Patrícia questionou se o valor destinado ao programa seria definido conforme o número de cozinhas atendidas. Mariana esclareceu que o recurso está relacionado ao número de agricultores participantes, sendo que cada agricultor pode receber até R\$ 15.000,00, de acordo com a produção destinada a cada município. Explicou que a ampliação do número de cozinhas atendidas poderá resultar em menor volume destinado individualmente a cada unidade.

Na sequência, André apresentou considerações sobre encaminhamentos anteriormente discutidos pelo Conselho em relação ao PAA. Destacou a necessidade de realização de estudos de aceitabilidade dos alimentos, diante de relatos de rejeição de determinados produtos pelas cozinhas solidárias, bem como a necessidade de investigar situações de desperdício relacionadas à logística, manejo e conservação. Defendeu também a realização de capacitação sobre boas práticas de manipulação de alimentos para as cozinhas solidárias.

André questionou ainda os critérios de seleção das entidades atendidas pelo Banco de Alimentos e pelas ações do PAA, manifestando preocupação com a possibilidade de atendimento recorrente das mesmas organizações. Defendeu maior transparência e isonomia na definição das entidades beneficiárias, bem como a consideração das condições de vulnerabilidade e das dificuldades de infraestrutura e logística das cozinhas solidárias.

Também propôs a divulgação pública da relação das cozinhas atendidas e a realização de plenária ou audiência pública específica sobre o PAA, com participação de cozinhas solidárias, agricultores, entidades e demais interessados. Sugeriu, ainda, a retomada da Comissão de Acompanhamento do PAA e a realização de ações de educação alimentar e nutricional e de práticas populares de educação, inclusive nos CRESANs Vila Maria e Butantã.

Mariana questionou em que etapa havia sido identificado o desperdício dos alimentos. Daniele esclareceu que os problemas estavam relacionados principalmente às condições logísticas e climáticas. Informou que o Banco de Alimentos, localizado no CRESAN Vila Maria, funcionava como ponto central de distribuição e que, em períodos de altas temperaturas, alimentos perecíveis destinados a regiões mais distantes poderiam chegar às cozinhas em condições inadequadas de conservação. Relatou também dificuldades verificadas no início da execução do programa, relacionadas à distribuição no mesmo dia, formação

de filas e redistribuição de alimentos que já apresentavam sinais de deterioração.

Daniele ressaltou a necessidade de protocolos adequados para recebimento, triagem, conservação, transporte e distribuição dos alimentos, de modo a reduzir perdas e impedir o encaminhamento de produtos impróprios para consumo.

Mariana informou que considera essencial a capacitação em boas práticas de manipulação e relatou as medidas adotadas no Banco de Alimentos. Explicou que os trabalhadores do Programa Operação Trabalho (POT) que atuam na triagem recebem treinamento e orientações sobre equipamentos de proteção individual e procedimentos de trabalho. Em razão da rotatividade da equipe, as capacitações são realizadas periodicamente. Informou também que houve mudanças na equipe técnica do Banco de Alimentos e reforço do acompanhamento por profissionais de Nutrição.

Quanto à logística do PAA, Mariana informou que houve alteração no procedimento de entrega dos agricultores, com adoção de transporte de maior capacidade e realização de entregas coletivas. Avaliou que a medida pode contribuir para reduzir perdas e tornar o processo mais eficiente, embora ainda não houvesse levantamento específico para mensurar os resultados.

Sobre eventual favorecimento de determinadas cozinhas, Mariana esclareceu que o Município solicitou ao MDS a base completa das cozinhas habilitadas e cadastrou as unidades constantes da relação oficial, sem adotar critérios relacionados à estrutura, localização ou capacidade operacional. Informou que a proposta é organizar o atendimento de forma alternada e rotativa, de modo que, após receber os alimentos, a unidade retorne ao final da lista.

André questionou se a ordem de entregas poderia prejudicar unidades localizadas no final da lista caso os recursos se esgotassem. Mariana afirmou que todas as unidades seriam atendidas, mas reconheceu que não havia, naquele momento, indicador específico de vulnerabilidade incorporado ao critério de distribuição. Discutiu-se a possibilidade de utilização de indicadores relacionados à infraestrutura das cozinhas, inclusive a existência de equipamentos de refrigeração, para subsidiar futuras decisões.

Mariana observou ainda que algumas cozinhas solidárias participam de outros programas públicos e ponderou que, em determinadas situações, poderia ser considerada a existência de outras fontes de recursos ou alimentos, de modo a priorizar unidades com maior necessidade. André reforçou a importância de estabelecer critérios objetivos para a distribuição dos alimentos, considerando tratar-se de recurso público.

Juliana Civitate, nutricionista da Casa 1, relatou que a instituição não estava cadastrada no Programa Cozinhas Solidárias em razão de questão burocrática e solicitou esclarecimentos sobre a possibilidade de inclusão de cozinhas não cadastradas ou habilitadas. Cristiana esclareceu que a inclusão de cozinhas não habilitadas poderá ocorrer mediante apresentação da proposta ao Conselho e aprovação no âmbito da gestão conjunta da política, observados os requisitos previstos na regulamentação. Ressaltou que os critérios e o formato de seleção das entidades receptoras do projeto municipal já haviam sido apresentados e aprovados pelo COMUSAN em reunião realizada em 22 de janeiro de 2026.

Cristiana também esclareceu que existem diferentes modalidades relacionadas ao Programa Cozinhas Solidárias e ao PAA, sendo necessário distinguir as ações executadas pelo Município ou Estado daquelas vinculadas ao programa federal. Informou que o Programa Cozinhas Solidárias possui diferentes vertentes e que a habilitação das entidades pode possibilitar acesso às modalidades previstas, conforme os critérios aplicáveis.

Não havendo outras manifestações sobre o PAA, Daniele passou ao próximo item da pauta, referente à consulta pública do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN). Considerando o horário e a extensão do documento, avaliou que não haveria tempo suficiente para análise de todos os apontamentos e propôs a solicitação de prorrogação do prazo da consulta pública, bem como a realização de reunião extraordinária específica para discussão do Plano.

Maria Paula concordou e destacou que o PLAMSAN possui oito diretrizes e número elevado de propostas, sendo necessária uma discussão aprofundada. Defendeu a realização de mais de uma reunião extraordinária e a elaboração de um calendário específico para análise do documento. Ressaltou que a consulta pública não deveria ocorrer sem que o Conselho tivesse oportunidade de realizar uma primeira discussão institucional sobre o Plano.

Neusa concordou com a prorrogação da consulta pública e sugeriu a definição de datas para reuniões extraordinárias, ressaltando a importância de que os participantes realizassem previamente a leitura do documento e apresentassem seus apontamentos, de modo a tornar os encontros mais objetivos.

André lembrou a realização do COMUSAN Conecta e informou que havia sido constituída uma subcomissão, composta por André, Maria Paula, Daniele e Jordano, para leitura e análise do PLAMSAN e elaboração de proposições. Destacou a importância da participação da sociedade civil e sugeriu que o trabalho da subcomissão fosse apresentado em reunião extraordinária. Também ressaltou que o Conselho possuía outras atividades previstas, incluindo

o processo eleitoral, relatorias, reuniões de comissões, reuniões técnicas e capacitações, sendo necessária a participação efetiva dos conselheiros.

Vera Villela manifestou apoio à prorrogação da consulta pública e ressaltou a necessidade de ampliar sua divulgação junto aos movimentos e organizações que atuam na área de segurança alimentar e nutricional. Citou, entre outros espaços, a Comissão de Orgânicos e o Fórum Paulista de Segurança Alimentar e Nutricional. Considerou importante ampliar o prazo para possibilitar a participação desses segmentos e também defendeu a realização de reunião extraordinária para análise do Plano.

Vera observou ainda que algumas questões discutidas nas conferências de 2019 e 2023 não estariam claramente contempladas no documento e que determinados indicadores estavam apresentados de forma pouco detalhada. Defendeu, assim, uma análise mais aprofundada da contextualização, dos indicadores e das propostas do PLAMSAN.

Maria Paula propôs que a Comissão Permanente de Comunicação intensificasse a divulgação da consulta pública. Defendeu também a realização de uma análise comparativa entre as propostas construídas nas conferências e oficinas anteriores e o conteúdo atual do PLAMSAN, identificando eventuais lacunas e propostas não incorporadas. Considerou importante que o COMUSAN se posicionasse institucionalmente sobre essas questões e que a discussão fosse aberta aos interessados, preservando a participação daqueles que estiveram diretamente envolvidos nas etapas anteriores de elaboração do Plano.

Mariana informou que também deveria ser considerado o prazo de vigência do contrato da empresa responsável pela elaboração do PLAMSAN, cuja data exata de encerramento ainda seria confirmada. Explicou que o cronograma da consulta pública e das demais etapas foi elaborado considerando o prazo contratual e que, naquele momento, não estava prevista a prorrogação do contrato, embora a solicitação de extensão da consulta pública pudesse ser avaliada.

Maira Cavalcanti Rocha concordou com a necessidade de discussão ampliada do PLAMSAN e sugeriu a participação de representantes das Secretarias envolvidas na elaboração do Plano. Ressaltou que algumas propostas e metas foram alteradas ou excluídas após análise técnica das Secretarias e considerou importante que essas justificativas fossem apresentadas ao Conselho. Também defendeu a consolidação de uma manifestação institucional do COMUSAN na consulta pública.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual eu, Mario Affonso, lavrei a presente ata que, após aprovada, será assinada por mim e pela Presidente.

Encaminhamentos

Nº	Descrição do encaminhamento	Responsável	Prazo
01	Encaminhar ofício solicitando a prorrogação da consulta pública até 21 de agosto, com as devidas justificativas e fundamentos.	Secretaria Executiva	Próxima semana
02	Realizar reunião extraordinária para discussão do Plano 06/08/2026	CONSELHO	Próxima semana
03	Realizar reuniões do GT do PLAMSAN nos dias 28 de julho e 3 de agosto, às 18h.	GT PLAMSAN	Próxima semana
04	Retomar a Comissão de Acompanhamento do PAA e avaliar a realização de uma plenária ou audiência pública específica sobre o programa, com participação de agricultores, cozinhas solidárias e entidades.	Secretaria Executiva	Próxima plenária

Documento assinado digitalmente
 MARIO AFFONSO NETO
Data: 01/10/2026 19:25:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mario Affonso Neto
Secretário Executivo

Documento assinado digitalmente
 MARCIA ALESSANDRA DOS SANTOS
Data: 18/09/2026 10:20:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Márcia Alessandra dos Santos Franco
Presidente (a)